

O capitão, a tortura e o sadismo

Roberto Amaral, ex-ministro de C&T, RJ 04/08/2019



Nada do que está ocorrendo na política brasileira, por mais desalentadora que seja ela, pode ser motivo de surpresa, pois estamos diante de uma tragédia didaticamente anunciada pelo seu principal personagem. O fato objetivo e grave resulta do escancaramento de uma obviedade: temos um sádico no poder, eleito pelo voto popular, e nele permanece pajeado por generais, pela Bolsa de Valores e pela FIESP, cuja representação social não excede aquele 1% da população rica e branca que vive da especulação financeira. Mas, e este é o elemento preocupante, conta ainda com o apoio de segmentos populares expressivos, presentes nas redes sociais e mesmo nas manifestações de rua.

Nada disso é trivial e revela morbidez.

Na curta campanha presidencial, lembremos sempre, o capitão reafirmou desabridamente seu despreço pelos valores conhecidos como inerentes ao nosso estágio civilizatório – direitos políticos, civis e individuais, direito à vida e à liberdade, o pluralismo e a tolerância. Essa mal querência ele reafirma nos seus primeiros e longos seis meses de desatinos bem ensaiados na Presidência.

O que intriga e espanta é a evidência de que o capitão é não apenas um defensor da masmorra, da tortura e do extermínio de adversários, mas, em todos os termos da definição, um sádico, que se vale da tortura psicológica para fazer sofrer seus desafetos.

Assim se afirmou, assim foi eleito, assim governa.

A tortura, material ou psicológica, é ofício do carrasco, psicopata paranoico, destrutivista e sádico; o sádico alimenta-se na dor que inflige ao outro, e quanto mais este sofre mais ele goza. A crueldade é parte de seu caráter.

São muitos os exemplos de intervenção paranoide/sádica do capitão empossado.

Na deplorável sessão de exorcismo macunaímico em que a baixaria política transformou a abertura de processo contra o mandato de Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados, o capitão invocou o inominável coronel Ustra, torturador da ex-presidente, pretendendo reavivar-lhe os tormentos físicos e psicológicos que ela tanto sofreu na prisão a que foi submetida no regime militar. Não recebeu sequer censura oral ou escrita, as mais leves penalidades previstas no Código de Ética da Casa (sim, existe tal Código) por conduta incompatível com o decoro parlamentar. Conta-se que outra feita irrompeu numa audiência, na mesma Câmara, ladeado pelo torturador de José Genoíno, para desestabilizar o antigo deputado e ex-presos político.

A tortura, porém, nesse ser humano de caráter deteriorado, é uma afecção que o leva a agir no próprio lar, fazendo-se torturador de seus próprios familiares, como corajosamente narra Malu Gaspar na Piauí (edição 154, julho/2019). O capitão teria forçado o filho '02', narra-nos a jornalista, a ingressar na política ainda adolescente, para derrotar a própria mãe, que o rapaz adora, concorrente com ele à vereança pela cidade do Rio de Janeiro; eleito o rebento e derrotada a mãe, o capitão nomeia para comandar o mandato de vereador a madrasta do filho, por ele detestada. Por essas e muitas outras (deixo o tema com a psiquiatria), Carlos seria hoje um adulto disfuncional, em conflito com o mundo e consigo mesmo, incapaz de controlar a agressividade, como revela sua vida pública.

Depois de agredir a liberdade de imprensa e ameaçar o jornalista Glenn Greenwald - neste ponto acolitado pelo inefável ministro Sérgio Moro -, o capitão avança sobre a ordem jurídica, ameaça a democracia e viola um dos mais elementares direitos humanos, o respeito aos mortos.

Para tentar atingir o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e reiterando sua insustentável incompatibilidade com

as funções que a despeito de tudo exerce, o capitão rememora que Fernando Santa Cruz, pai do presidente da Ordem, foi torturado na ditadura e, sádico sempre, promete revelar as trágicas e escabrosas condições de seu assassinato, fazendo assim seu filho e a família reviverem a dor terrível.

Segundo a Folha de S. Paulo (29/07/2019), Fernando Santa Cruz, “estudante de direito pernambucano e funcionário público em São Paulo, e militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), foi preso, no Rio de Janeiro, onde estava a passeio com a família. Detido no sábado de carnaval do ano de 1974, por agentes do DOI-Codi, Fernando Santa Cruz foi levado de volta a São Paulo e nunca mais foi visto”. Foi, como centenas de outras e outros brasileiros, como Sônia e Stuart Angel (no Galeão) e Mário Alves (no Quartel da Polícia do Exército, no bairro carioca da Tijuca), torturado, seviciado, assassinado e ‘desaparecido’. Os detalhes estão com o capitão Jair Messias Bolsonaro que, por vivência no tema, poderia saciar a curiosidade pública e informar quem mandou matar Marielle Franco e quem está escondendo o miliciano Fabrício Queiroz, assistente de Flávio Bolsonaro (o ‘01’) quando este era deputado estadual no RJ.

Nada mais assusta, como fato objetivo, senão a ‘naturalização’ da barbárie e a apatia que parece manter em estado de letargia a chamada sociedade civil tão ativa nos últimos anos da luta contra a ditadura. Louve-se a reação das instituições acadêmicas em defesa do saber, da cultura e da ciência e tecnologia duramente atingidas pelas novas políticas, e louve-se as reações da reativada Associação Brasileira de Imprensa (a ABI de Barbosa Lima Sobrinho) em defesa do jornalista Glenn Greenwald. Louve-se, ademais, a reação pronta do Conselho Federal da Ordem dos Advogados em socorro do exercício da profissão e da ordem jurídica, mais do que em defesa de seu presidente, o advogado Felipe Santa Cruz.

Mas nada de profundo esperemos do que depender da Casa-Grande, que está satisfeita com o novo regime e seus resultados como satisfeita

estava, porque lucrava, então como agora, com o Brasil do “milagre” que “crescia” abafando os gritos e sussurros que escapavam das masmorras.

São, assim, para ela, irrelevantes as ameaças à ordem jurídica pois nossa classe dominante jamais teve apego à democracia, pois esteve sempre comprometida com todos os regimes de exceção. Para os donos do poder é irrelevante mesmo que 62 milhões de brasileiros sejam indigentes e outro tanto formado por devedores inadimplentes, e que a desnutrição tenha alcançado 5,2 milhões de concidadãos nossos entre 2015 e 2017. Ora, os ganhos da Bolsa vão bem!

Se é irrelevante para os donos do poder que o presidente da República aja como age e diga o que diz, é da mesma forma irrelevante que 80% dos trabalhadores brasileiros ganhem apenas dois salários mínimos por mês. O relevante é que o Bradesco obteve no 2º semestre de 2019 um lucro líquido de R\$ 6,042 bilhões, ou seja, um crescimento de 33,7% sobre o mesmo período do ano anterior e o que o Itaú Unibanco lucrou R\$ 7 bilhões.

O relevante, para o 1% que governa 214 milhões de brasileiros, é que o governo está cumprindo a “Pauta Guedes”, que está quase na reta final da “reforma” da Previdência, e, com a reforma tributária de permeio, anuncia uma onda de privatizações que empobrecerá o Estado e fará a alegria dos especuladores.

É irrelevante a categorização científica do regime, e o nível de loucura do capitão, como é irrelevante se estamos em face da hipótese de *impeachment* ou interdição, falsas alternativas levantadas pelos que querem que as mudanças ocorram para que tudo fique como está, como preconizava o Príncipe Tancredi na criação imortal de Tamosi di Lampedusa. Seja qual for o ismo no qual a Academia enquadre esse transe político, o fato objetivo é que estamos caminhando para o crescimento da violência – estatal e social – estimulada de cima para baixo, operada pelo chefe de Estado e por seus áulicos no poder central e nas redes sociais, acordando ódios e preconceitos até aqui ignorados. A alternativa, uma vez mais e como sempre, está na

política e, no caso concreto, no aprofundamento das contradições da direita e na ampliação social e política da resistência e o rumo dos acontecimentos será ditado pela mobilização social.

Fonte:

<http://www.frentepelasoberania.com.br/politica/o-capitao-a-tortura-e-o-sadismo/>

